

Folha Informativa SRADR

2023-11-23

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Decreto Regulamentar Regional n.º 32/2023/A</u>	2023.11.23	Presidência do Governo	Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2021/A , de 3 de setembro, que estabelece o modelo de governação das reformas e dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência destinados à Região Autónoma dos Açores (PRR-Açores).



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento (UE) 2023/2607</u>	2023.11.23	Comissão Europeia	Retifica o Regulamento (UE) 2022/2472 que declara certas categorias de auxílios no setor agrícola e florestal e nas zonas rurais compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/2657</u>	2023.11.23	Comissão Europeia	relativo à não renovação da aprovação da substância ativa bentiavalicarbe em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão.
<u>Resolução do Parlamento Europeu</u>	2023.11.23	Parlamento Europeu	Sobre o projeto de decisão de execução da Comissão que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de colza geneticamente modificada MON 94100 (MON-941ØØ-2), nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho (D086347/01 — 2023/2537(RSP)).

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias



Índice de Vendas do Comércio a Retalho – Produtos Alimentares – outubro de 2023

Em outubro, a compra de produtos alimentares nas grandes superfícies comerciais nos Açores apresenta variação mensal homóloga negativa de 1,83% a preços constantes e positiva de 7,37% a preços correntes.

Folha Informativa SRADR

2023-11-23

[Índice de Vendas do Comércio a Retalho – Produtos Alimentares – outubro de 2023](#)

Fonte - SREA (azores.gov.pt)

Notícias do PRORURAL+

- ❖ **Termina no próximo dia 24 de novembro**, o período para apresentação de candidaturas à Medida 8 – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas, Submedida 8.6 - Investimentos em Novas Tecnologias e na Transformação e Comercialização de Produtos Florestais, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+), abreviadamente designado por PRORURAL+: [Aviso n.º 15/2023](#)



República Portuguesa

Notícias

- ❖ **«Todos juntos para prevenir a resistência aos antimicrobianos»**

Na Semana de Sensibilização para as Resistências aos Antimicrobianos (RAM), a DGAV associa-se à Organização de Saúde Animal – OMSA (WOAH) na divulgação de informação relevante para que todos sejamos parte da solução.

É precisamente na ação coletiva de todos os envolvidos nos diversos setores da saúde (Humana; Animal; Ambiental) que apontam as orientações de diversas organizações para a prevenção e a redução da resistência aos antimicrobianos, tanto numa escala regional, como europeia e mundial. As metas definidas para 2030 e reforçadas pela Recomendação do Conselho da União Europeia, recentemente adotada sobre a intensificação das ações da União Europeia (UE) para combater a resistência antimicrobiana, assentam numa abordagem de Uma Só Saúde (One Health, em língua inglesa).

A nível mundial, a Comissão Europeia trabalha em estreita colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e está empenhada na implementação do Plano de Ação Mundial sobre a RAM da OMS. As recentes emergências de saúde internacionais onde se incluem os desafios de resistência antimicrobiana, bem como a degradação dos ecossistemas e as alterações climáticas, demonstram claramente a necessidade de sistemas de saúde resilientes e de uma ação global acelerada. Uma Só Saúde é vista como a principal abordagem para enfrentar estes desafios prementes e complexos que a nossa sociedade enfrenta.

Em março passado, os chefes das organizações que constituem o *Quadripartite* (pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), a Organização Mundial da Saúde (WHO) e Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH)) que trabalham no programa Uma Só Saúde emitiram um apelo sem precedentes para uma ação global reforçada, chamando a atenção para a necessidade de uma maior colaboração e compromisso para traduzir a abordagem Uma Só Saúde em ações políticas em todos os países.

Os líderes do *Quadripartite* instam todos os países e principais intervenientes a promoverem e empreenderem um elenco de ações prioritárias, estabelecidas no *One health joint plan of action (2022–2026): working together for the health of humans, animals, plants and the environment*.

Na DGAV, o GT1SS (Grupo de Trabalho Uma Só Saúde) dá continuidade à estratégia iniciada pelo GTRAM em 2018, no combate à Resistência aos antimicrobianos, com a adoção da abordagem Uma Só Saúde alinhada com as organizações Europeias e Internacionais acima mencionadas.

Estamos perante um problema instalado, transversal a todos os setores da sociedade e meio ambiente e, como temos vindo a assistir, crescente, face à forma de vida da nossa sociedade.

No âmbito da Missão da DGAV, na definição de políticas de segurança alimentar, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, como Autoridade Sanitária Veterinária e Fitossanitária Nacional e Autoridade Nacional para os Medicamentos Veterinários vem desenvolvendo esforços e definindo políticas que providenciem ferramentas, recursos e

Folha Informativa SRADR

2023-11-23

Notícias

apoios que contribuam para a redução do consumo de antimicrobianos, diminuição das resistências em todas as vertentes da produção nacional.

Só com o esforço conjunto de todos os intervenientes poderemos alterar as tendências:

- reforçando a prevenção e controlo de infeções nas explorações agrícolas, pecuárias, aquaculturas e instalações da indústria alimentar;
- implementando as melhores práticas na produção animal, agrícola e alimentar;
- reforçando a Biossegurança das explorações pecuárias e aquaculturas;
- minimizando a poluição e garantindo uma gestão adequada dos resíduos e do saneamento;
- utilizando de forma responsável medicamentos contendo antimicrobianos tanto por agricultores, como aquicultores, proprietários de animais de estimação e médicos veterinários e outros profissionais de saúde animal;
- advogando a implementação de medidas preventivas, fazendo diagnósticos corretos, prescrevendo medicamentos veterinários contendo antimicrobianos de forma responsável e apenas quando necessário, ajudando na monitorização da utilização de antimicrobianos por parte dos médicos veterinários;
- garantindo o abastecimento do mercado, assegurando a monitorização pós-autorização dos medicamentos, garantido as boas práticas de distribuição de medicamentos veterinários e investindo na investigação e desenvolvimento por parte da indústria farmacêutica.

Lembrando que os medicamentos contendo antimicrobianos devem ser usados de forma responsável e apenas quando estritamente necessários!

Esteja atento às informações e aos recursos que a DGAV disponibiliza sobre este assunto, regularmente, [aqui](#).

Fonte - «Todos juntos para prevenir a resistência aos antimicrobianos» – DGAV

Eventos

❖ DRAP Centro promove duas ações de divulgação – 29 de novembro e 13 de dezembro

A Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) do Centro vai promover duas ações de divulgação intituladas “As zonas vulneráveis e o seu impacto na produção agropecuária – Como gerir estrumes e chorumes”.

A primeira iniciativa realiza-se já no dia [29 de novembro](#), no concelho da Tocha, enquanto a segunda ação tem lugar a [13 de dezembro](#), no concelho de Oliveira do Bairro. Ambos os eventos têm início às 14h30 e entrada livre.

Fonte - Rede Rural Nacional - DRAP Centro promove duas ações de divulgação

❖ Seminário Cogumelos do "Prado ao Prato" – 30 de novembro

A Universidade de Coimbra, enquanto entidade coordenadora do projeto PRR-C05-i03-I-000160, irá promover o **Seminário Cogumelos do 'Prado ao Prato'** (o mesmo nome do projeto), no dia **30 de novembro**, pelas 9:30h, no Grande Hotel do Luso. Este seminário é o primeiro de uma série e convida a refletir sobre a produção de cogumelos e substratos em Portugal e a interação com o sector florestal e agrícola, e a inclusão e enquadramento dos cogumelos na dieta mediterrânica.

O seminário Cogumelos do 'Prado ao Prato' procura atrair produtores de cogumelos e substratos e todos produtores do sector florestal e agrícola interessados neste tema. Qualquer pessoa poderá participar, é também objetivo do projeto sensibilizar para a produção integrada dos cogumelos, o contributo destes superalimentos para um padrão alimentar saudável e sustentável, entre outros aspetos, junto de vários públicos.

Para participar bastará fazer inscrição, o formulário pode ser acedido a partir deste [link](#), e inclui o [programa](#).

Participação das investigadoras do INIAV, **Ana Cristina Ramos** e **Helena Machado**.

Fonte - Seminário Cogumelos do "Prado ao Prato" (30.11.2023) - INIAV

Folha Informativa SRADR

2023-11-23



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

- ❖ Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente ao seguinte **PROJETO DE ATO**:
- ✓ **Título: Produtos fitofarmacêuticos — requisitos em matéria de dados e revisão gradual de protetores de fitotoxicidade e agentes sinérgicos.**
Sumário: A iniciativa definiria os requisitos em matéria de dados para a aprovação de protetores de fitotoxicidade e agentes sinérgicos, semelhantes aos aplicáveis às substâncias ativas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, mas com critérios adicionais. Além disso, é necessário um programa de trabalho para a reavaliação sistemática e faseada dos protetores de fitotoxicidade e agentes sinérgicos que já se encontravam no mercado quando o regulamento entrou em vigor.
Período para comentários: 22 de novembro de 2023 até 20 de dezembro de 2023
Link: [Produtos fitofarmacêuticos — requisitos em matéria de dados e revisão gradual de protetores de fitotoxicidade e agentes sinérgicos. \(europa.eu\)](#)
- ATENÇÃO: O PERÍODO PARA A APRESENTAÇÃO DE COMENTÁRIOS TERMINA HOJE, DIA 23 DE NOVEMBRO**
- ✓ **Título: Importações de produtos biológicos – países terceiros e organismos de controlo reconhecidos (listas atualizadas)**
Sumário: A UE importa produtos biológicos com base numa lista de países terceiros e numa lista de autoridades de controlo e de organismos de controlo reconhecidos para efeitos de equivalência ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho.
Esta iniciativa visa atualizar as informações constantes dessas listas.
Período para comentários: 6 de novembro de 2023 até 23 de novembro de 2023
Link: [Importações de produtos biológicos – países terceiros e organismos de controlo reconhecidos \(listas atualizadas\) \(europa.eu\)](#)



Notícias da Comissão Europeia

- ❖ **O relatório sobre a PAC para o período 2023-2027 destaca a mudança para um modelo agrícola sustentável na UE**
O relatório da Comissão Europeia confirma hoje o **importante papel dos planos estratégicos da PAC para manter o rendimento dos agricultores e a segurança alimentar, apoiando simultaneamente a transição da agricultura da UE para um modelo agrícola sustentável no período 2023-2027.**
O relatório analisa o impacto pretendido dos planos estratégicos na realização dos objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) 2023-2027, em especial os relacionados com o ambiente, o clima e as expectativas da sociedade, como o bem-estar dos animais.
O relatório confirma que os planos estratégicos da PAC têm por objetivo a PAC mais ambiciosa de sempre do ponto de vista ambiental e climático.
O relatório salienta igualmente a necessidade de reforçar os instrumentos de prevenção e de gestão dos riscos e de reforçar as abordagens de adaptação às alterações climáticas.
Para o período de 2023-2027, a PAC é apoiada por **307 mil milhões de euros, dos quais 264 mil milhões provenientes do orçamento da UE e mais 43 mil milhões de euros de fundos nacionais.** Cerca de 2500 intervenções foram concebidas nos [28 planos estratégicos da PAC](#) apresentados pelos Estados-Membros e [aprovados pela Comissão Europeia](#). O relatório de hoje

Folha Informativa SRADR

2023-11-23



Notícias da Comissão Europeia

baseia-se nas **informações contidas [nesses planos](#)**, bem como na **avaliação qualitativa dos efeitos potenciais** das escolhas efetuadas pelos Estados-Membros.

✓ Uma distribuição mais justa do rendimento agrícola

De um modo geral, os planos estratégicos da PAC revelam um **esforço conjunto significativo para apoiar o rendimento das explorações agrícolas, assegurar uma distribuição mais justa pelas explorações mais pequenas e reduzir as disparidades de rendimento** nos sectores mais vulneráveis e nas zonas desfavorecidas. Verifica-se também um **esforço conjunto crescente para modernizar as explorações agrícolas** e reforçar a competitividade do sector.

Em média, o rendimento agrícola representa apenas 45% do salário médio da economia, com variações entre os diferentes sectores agrícolas e sistemas de exploração. Em 2020, o apoio da PAC representou, em média, 23% do rendimento agrícola da UE. É fundamental para manter a atividade agrícola e o emprego nas zonas rurais remotas, abrاندando o abandono das terras e o despovoamento rural. Um sector agrícola forte e resiliente é uma condição prévia para um **abastecimento estável de alimentos**, um dos objetivos históricos da PAC, que continua a ser tão relevante como sempre.

Mais de 10% dos pagamentos diretos da UE, que representam 4 mil milhões de euros anuais, serão reafectados através de **pagamentos redistributivos** que beneficiam as pequenas e médias explorações agrícolas. Este pagamento mais do que duplicou em relação ao período anterior. O envelhecimento dos agricultores representa outro desafio para salvaguardar a segurança alimentar a longo prazo e os meios de subsistência rurais. A Comissão congratula-se com o facto de os planos apoiarem a instalação de **377 000 jovens agricultores** na atividade agrícola. Trata-se de um aumento em quase todos os Estados-Membros, que também ultrapassam as dotações financeiras mínimas exigidas.

✓ Um sector agrícola da UE mais ecológico

Para receberem a totalidade dos pagamentos da PAC, os agricultores devem respeitar um conjunto reforçado de requisitos e normas em matéria de ambiente, clima, saúde, bem-estar dos animais e condições de trabalho dignas. Este **princípio de condicionalidade aplica-se a cerca de 90% da superfície agrícola utilizada na UE** e desempenha um papel importante na **integração de práticas agrícolas sustentáveis**.

Os planos atribuem 32% do orçamento total da PAC a ações voluntárias que promovam os objetivos ambientais, climáticos e de bem-estar dos animais. A maior contribuição financeira provém dos regimes ecológicos e dos compromissos ambientais e climáticos no âmbito do desenvolvimento rural, com 44,7 mil milhões de euros e 33,2 mil milhões de euros, respetivamente.

A flexibilidade concedida aos Estados-Membros na conceção destes instrumentos permitiu-lhes visar necessidades específicas nos seus contextos nacionais ou regionais e explorar as suas complementaridades.

Por exemplo, Portugal, a Bulgária, a Croácia, Chipre, a Grécia e a Eslovénia planeiam promover os fertilizantes orgânicos como alternativa aos sintéticos. A Alemanha apoia as ajudas ao investimento e à manutenção das florestas agrícolas. A Finlândia tem um regime de cobertura de inverno para proteger o solo, enquanto a Espanha oferece financiamento adicional para práticas sustentáveis de pastoreio e ceifa de pastagens, a fim de reduzir a degradação do solo e melhorar a biodiversidade. Um regime ecológico polaco presta um apoio significativo à melhoria das condições de vida do gado.

Globalmente, os planos **revelam potencial para contribuir para a atenuação das alterações climáticas**, nomeadamente através de **esforços significativos** em matéria de **práticas de fixação e armazenamento de carbono** no solo e na biomassa. Globalmente, 35 % das terras agrícolas da UE deverão beneficiar de ações de fixação do carbono e de redução das emissões de óxido nitroso. Também se registam progressos na proteção da gestão sustentável dos recursos naturais, com esforços substanciais na proteção dos solos, com práticas voluntárias que abrangem 47% das terras agrícolas da UE.

Em termos das ambições do Pacto Ecológico Europeu para 2030, os planos **contribuirão** para atingir o objetivo de 25% da **superfície agrícola da UE cultivada segundo o modo de produção biológico**. Até 2027, cerca de 10 % das terras agrícolas da UE deverão receber apoio da PAC para a produção biológica, contra 5,6 % em 2020. As iniciativas nacionais complementares em matéria de desenvolvimento do mercado e de contratos públicos ajudarão a atingir o objetivo global.

✓ Tirar lições

O relatório reconhece igualmente os domínios em que os planos poderiam ter demonstrado coletivamente um maior nível de ambição ou adotado abordagens mais otimizadas. Por exemplo, tendo em conta a ocorrência crescente de fenómenos

Folha Informativa SRADR

2023-11-23



Notícias da Comissão Europeia

meteorológicos extremos e um mundo marcado por crises e perturbações, a Comissão apela a **um maior reforço dos instrumentos de gestão dos riscos e à sua maior utilização em toda a União**. Apesar dos esforços crescentes, prevê-se que apenas cerca de 14% de todas as explorações agrícolas da UE beneficiem desse apoio da PAC. O relatório reconhece que os Estados-Membros podem nem sempre utilizar o financiamento da PAC para este fim e aplicar, em vez disso, regimes de seguro financiados a nível nacional. São igualmente necessárias medidas proactivas para combater as causas subjacentes às crises e aumentar a resiliência das explorações agrícolas a médio prazo.

Na sua avaliação, a Comissão observa igualmente que são necessários mais esforços para que mais explorações agrícolas adotem as tecnologias digitais e a inovação. Do mesmo modo, a vasta gama de **necessidades de aconselhamento, formação e intercâmbio de conhecimentos** não será satisfeita pela dotação financeira planeada até à data. O relatório assinala os mesmos desafios para as comunidades rurais. O programa **LEADER**, uma abordagem "da base para o topo", em que as empresas rurais, as organizações locais, as autoridades públicas e os indivíduos de diferentes sectores trabalham em conjunto, representa 7,7% do total dos fundos de desenvolvimento rural da UE.

Por último, a Comissão sublinha no relatório que os planos estratégicos da PAC não são o único instrumento necessário para contribuir para as ambições do Pacto Ecológico, da Estratégia do Prado ao Prado e da Estratégia de Biodiversidade e para enfrentar os muitos desafios associados. A **complementaridade com outros fundos nacionais e da UE** é fundamental para alcançar o seu impacto global. Por exemplo, a renovação geracional, a resistência antimicrobiana e as necessidades socioeconómicas das zonas rurais não podem ser plenamente abordadas sem a mobilização de outras medidas nacionais e de financiamento da UE, como os fundos de coesão da UE e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

O relatório é um elemento do processo mais vasto de avaliação do desempenho da atual PAC. Os dados de execução e a avaliação do novo modelo de prestação em 2025, os relatórios anuais de desempenho e a avaliação intercalar e final em 2026 e 2031, respetivamente, fornecerão informações adicionais. Em conformidade com os seus requisitos de transparência e acompanhamento, a Comissão Europeia fornece [informações pormenorizadas sobre todos os planos](#), com um resumo de todos os planos, um [catálogo das intervenções da PAC](#) e painéis de controlo sobre [indicadores de resultados](#) e [dotações financeiras](#).

✓ Para mais informações:

- [Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: "Resumo dos planos estratégicos da PAC para 2023-2027: esforço conjunto e ambição coletiva"](#)
- [Os 28 planos estratégicos da PAC em resumo](#)
- [Resumo dos 28 planos estratégicos da PAC aprovados, factos e números](#)
- [Cartografia e análise dos planos estratégicos da PAC. Avaliação dos esforços conjuntos para 2023-2027](#)
- [Resumo executivo do levantamento e análise dos planos estratégicos da PAC](#)
- [Ficha de informação](#)
- [Portal de dados agroalimentares - Indicadores da PAC](#)
- [Planos estratégicos da PAC](#)
- [Nova política agrícola comum: prevista para 1 de janeiro de 2023](#)

Fonte - Report highlights shift towards a sustainable farming model (europa.eu)



Notícias do Parlamento Europeu

❖ Ausência de maioria no Parlamento para legislação destinada a limitar a utilização de pesticidas

- ✓ O Parlamento rejeitou esta quarta-feira uma proposta da Comissão Europeia relativa à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos.

Folha Informativa SRADR

2023-11-23



Notícias do Parlamento Europeu

Após o [debate de terça-feira](#), 21 de novembro, 299 eurodeputados votaram pela rejeição da proposta da Comissão, que tinha sido objeto de alterações durante a sessão plenária. Votaram a favor da proposta 207 eurodeputados e 121 abstiveram-se. Com esta votação, o Parlamento rejeitou efetivamente a proposta da Comissão e encerrou a sua primeira leitura. O Conselho tem ainda de decidir a sua posição sobre a proposta, o que para vai determinar se a mesma é definitivamente rejeitada ou se regressa ao Parlamento para segunda leitura.

✓ Contexto

No âmbito do [Pacto Ecológico Europeu](#), a Comissão propôs, a 22 de junho de 2022, um [regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos](#). Este regulamento integra o conjunto de medidas destinadas a reduzir a pegada ambiental do sistema alimentar da UE.

Fonte - [Ausência de maioria no Parlamento para limitar a utilização de pesticidas | Atualidade | Parlamento Europeu \(europa.eu\)](#)



Remoções de carbono: Parlamento quer que sistema de certificação da UE aumente a adesão

- Quadro de certificação para assegurar remoções de carbono de elevada qualidade e combater o branqueamento ecológico
- Necessidade de distinguir entre remoção de carbono, fixação de carbono e armazenamento de carbono nos produtos
- Remoção de carbono é necessária para atingir a prioridade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa

✓ O Parlamento adotou a sua posição sobre o novo quadro de certificação da UE para a remoção tecnológica e natural de carbono, necessário para alcançar a neutralidade climática da UE até 2050.

Com 448 votos a favor, 65 contra e 114 abstenções, os eurodeputados concordaram com a criação de um sistema para melhorar a capacidade da União Europeia (UE) para quantificar, monitorizar e verificar as remoções de carbono. Este será um instrumento para aumentar as remoções de carbono, reforçar a confiança das partes interessadas e da indústria e combater o branqueamento ecológico.

Os eurodeputados salientam que o sistema deve estar em conformidade com as normas internacionais e defendem a criação de um «registo da UE» para garantir a transparência, fornecer informações ao público, evitar o risco de fraude e a dupla contabilização das remoções de carbono.

Consideram igualmente necessário distinguir entre as definições, os critérios de qualidade e as regras relativas às remoções de carbono, à fixação de carbono e ao armazenamento de carbono nos produtos, devido às suas diferenças e ao seu impacto ambiental.

[Mais informações sobre a posição do Parlamento.](#)

✓ Citação

Após a votação, a relatora [Lídia Pereira](#) (PPE, Portugal) afirmou: «As alterações climáticas já são tão graves que não podemos depender apenas da redução das emissões, mas também precisamos eliminar o carbono. Este instrumento torna-o possível, uma vez que estamos a avançar com regras para regular um mercado que tem sido atormentado pelo branqueamento ecológico, pela falta de clareza e pela desconfiança. A certificação ajudará a atrair investimento privado para projetos de remoção de carbono, ajudando-nos assim na nossa transição climática e reforçando a liderança climática da Europa.»

✓ Próximas etapas

O Parlamento está agora pronto para iniciar negociações com os Estados-Membros da UE.

✓ Contexto

Folha Informativa SRADR

2023-11-23



Notícias do Parlamento Europeu

Em abril de 2023, o Parlamento adotou uma resolução sobre [ciclos de carbono sustentáveis](#), afirmando que, embora a UE deva sempre dar prioridade a reduções rápidas e previsíveis das emissões de gases com efeito de estufa, as remoções de carbono devem desempenhar um papel crescente para atingir a neutralidade climática da UE até 2050, a fim de equilibrar as emissões que não podem ser eliminadas.

Esta legislação vem responder às expectativas dos cidadãos sobre alterações climáticas e ambiente, conforme referido na proposta 1.5 das conclusões da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#), em que apelam à introdução de «uma certificação das remoções de carbono, baseada numa contabilização sólida, sólida e transparente do carbono».

Fonte - [Remoções de carbono: Parlamento quer sistema de certificação da União Europeia | Atualidade | Parlamento Europeu \(europa.eu\)](#)